

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.803.578 - AL (2019/0080033-7)**

**RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE : JOSE EMIDIO DA SILVA JUNIOR (PRESO)**  
**ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por **JOSÉ EMIDIO DA SILVA JUNIOR**, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, assim ementado:

"APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO E CORRUPÇÃO DE MENORES. REFORMA DA DOSIMETRIA DA PENA. VIABILIDADE. ALTERAÇÃO DA CULPABILIDADE, CONDUTA SOCIAL E COMPORTAMENTO DA VÍTIMA PARA O CRIME DE CORRUPÇÃO DE MENORES E CONDUTA SOCIAL E COMPORTAMENTO DA VÍTIMA PARA O CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. APLICAÇÃO DA ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. NÃO INCIDÊNCIA. UTILIZAÇÃO DE OUTROS MEIOS PARA O ESCLARECIMENTO DA AUTORIA OU PARTICIPAÇÃO DO APELANTE NO CRIME. RECORRÊNCIA DA MAGISTRADA A OUTROS ELEMENTOS COGNOSCITIVOS. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO." (e-STJ, fl. 420).

O recorrente alega violação ao art. 65, III, "d", do CP. Defende, em síntese, ilegalidade no acórdão recorrido, ante o não reconhecimento da atenuante da confissão. Aduz, para tanto, que "o Juízo de 1º grau e o Tribunal *a quo* reconheceram expressamente a ocorrência de confissão da autoria dos crimes pelo recorrente. Contudo, deixaram de aplicar a respectiva atenuante, sem justificativa idônea." (e-STJ, fl. 440).

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 443-446).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo provimento do recurso (e-STJ, fls. 464-467).

**É o relatório.**

Decido.

No que tange à atenuante da confissão, este Superior Tribunal tem assentado que a confissão, ainda que parcial, ou mesmo qualificada – em que o agente admite a autoria dos fatos, alegando, porém, ter agido sob o pálio de excludentes de ilicitude ou de culpabilidade –, deve ser reconhecida e considerada para fins de atenuar a pena (HC 337.797/MA, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, Sexta Turma, julgado em 18/2/2016, DJe 29/2/2016).

A matéria, inclusive, encontra-se sumulada, consoante o enunciado 545/STJ, que dispõe: "Quando a confissão for utilizada para a formação do convencimento do julgador, o réu fará jus à atenuante prevista no art. 65, III, d, do Código Penal."

Contudo, no caso, o Tribunal local entendeu que o convencimento do

julgador não foi embasado em eventual confissão do acusado:

"Seguindo no critério trifásico, pugna pela aplicação da atenuante da confissão espontânea, exposta no art 65, III, 'd' do Código Penal.

Não assiste razão quanto a este ponto. Explico.

Como bem pontuou a Ilustre Magistrada na sentença, "as discrepâncias dos depoimentos prestados pelo acusado impedem que este seja tomado como elemento de esclarecimento da autoria ou participação, sendo imperiosa a recorrência a outros elementos cognoscitivos para delimitar sua conduta. Afasto, portanto, a referida atenuante" (fl. 326)." (e-STJ, fl. 426)

No caso, o Tribunal local entendeu que o convencimento do julgador não foi embasado em eventual confissão do acusado, assim, resta impossibilitada a incidência da atenuante da confissão.

Nesse sentido:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA. DOSIMETRIA. PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DESFAVORÁVEL. CONSEQUÊNCIAS DO CRIME. ELEVADO PREJUÍZO. AUMENTO PROPORCIONAL. RECONHECIMENTO DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. DECLARAÇÕES NÃO UTILIZADAS PARA FUNDAMENTAR A CONDENAÇÃO. INVIABILIDADE. INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 545/STJ. PRECEDENTES. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

[...]

IV - A incidência da atenuante prevista no art. 65, III, 'd', do Código Penal, independe se a confissão foi integral ou parcial, judicial ou extrajudicial, desde que utilizada para fundamentar a condenação. Súmula 545/STJ.

V - No presente caso, as declarações do paciente, tidas pela defesa como confissão, não foram utilizadas para fundamentar o decreto condenatório, razão pela qual não incide a atenuante da confissão espontânea (precedentes). Inteligência da Súmula 545/STJ.

Habeas corpus não conhecido." (HC 360.007/RJ, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 07/03/2017)

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do Regimento Interno do STJ, **nego provimento** ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS  
Relator